



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

Estado do Paraná

CNPJ Nº 76.970.318/0001-67

Av. Antonio Veiga Martins, 80/82 – CEP 87670-000 – CENTRO

AVISO DE LICITAÇÃO
DISPENSA ELETRONICA Nº. 015/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 042/2024
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o **MUNICÍPIO DE INAJÁ**, realizará DISPENSA ELETRÔNICA nº. **015/2024**, tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, para o **objeto da presente dispensa é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA EVENTOS ESPORTIVOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE INAJÁ - PR, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO PRESENTE TERMO DE REFERÊNCIA**, para atender as demandas do referido departamento, **especificados** no (s) Anexo (s) que acompanha (m) o presente edital, de acordo com as normas contidas na Lei Federal nº. 14.133/2021: em sessão pública eletrônica **Dia 24 de junho de 2024 a partir 08:00 horas até 14:00 horas**, (horário de Brasília- DF), com aceite de proposta à partir da publicação, através do site www.comprasgovernamentais.gov.br.

O Edital estará disponível no site www.inaja.pr.gov.br / poderá ser solicitado no e-mail licitacao@inaja.pr.gov.br.

Inajá-PR, 17 de junho de 2024.

CLEBER GERALDO DA SILVA
Prefeito Municipal



Prefeitura do Município de Mandaguai

ESTADO DO PARANÁ
Povo Municipal "Hiro Vieira"
Rua Bernardino Hoeg, 175 Caixa Postal 81 CEP 87.160-000
PARANÁ FAX (44)3245-8400 CNPJ 76.285.329/0001-08
WWW.mandaguai.pr.gov.br e-mail: adm@mandaguai.pr.gov.br

REPUBLIÇÃO

PORTARIA Nº 7261/2024

O Senhor Mauricio Aparecido da Silva, Prefeito Municipal de Mandaguai, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Nomear o servidor AMARILDO DA SILVA SANTOS, matrícula nº 201852, como fiscal do contrato do processo SINDIC: REC-PR-4114104-2021/109-01.

Mandaguai, 24 de maio de 2024.

Mauricio Aparecido da Silva
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURIZONA

CNPJ: 76.282.672/0001-07
Rua Bela Vista, 1.014 - Fone: (44) 3278-1592 - Fax: (44) 3278-1270
Cep: 87.170-000 - Ourizona - Paraná

EXTRATO DE CONTRATO Nº 44/2024
DISPENSA 21/2024-PMO

Contratante: MUNICÍPIO DE OURIZONA-PR

Contratada: 49.066.672 BEATRIZ APARECIDA BASSIGA

Objeto: CONTRATAÇÃO DE UM INSTRUCTOR CAPACITADO PARA MINISTRAR AULAS DE KARATÊ NO MUNICÍPIO.

Duração: 12 (doze) meses.

Valor: R\$ 18.000,00 (Dezoito mil reais).

Fundamentação Legal: art. 75, II da Lei 14.133/21.

Data da Assinatura: 17 de junho de 2024.

Ourizona-PR, 17 de junho de 2024.

MANUEL RODRIGO AMARILDO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURIZONA

E-mail: esporte@ourizona.pr.gov.br CNPJ: 76.282.672/0001-07
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER
Endereço: RUA BELA VISTA - 1014 - Telefone: (44) 3278 - 1592
Cep: 87.170-000 - Ourizona - Paraná

PORTARIA Nº 13, DE 17 DE JUNHO DE 2024.

Designa fiscal de contrato administrativo e das outras providências.

O Secretário Municipal de Cultura, Esporte e Lazer no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO artigo 117 da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, que estabelece que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados.

DECRETO:

Art. 1º Designar o servidor Gustavo Henrique Trevisan, função Diretor Municipal de Esporte e Lazer para atuar como fiscal do contrato administrativo e seus respectivos aditamentos, vinculados ao processo administrativo referente ao "CONTRATAÇÃO DE UM INSTRUCTOR CAPACITADO PARA MINISTRAR AULAS DE KARATÊ NO MUNICÍPIO".

Art. 2º São atribuições do fiscal de contrato, dentre outras necessárias à boa prática administrativa e ao cumprimento das normas legais:

I - A verificação da correta execução do objeto contratual em seu aspecto quantitativo e qualitativo, bem como o atendimento às normas regulamentares aplicáveis ao objeto contratado.
II - Ter pleno conhecimento dos termos contratuais que irá fiscalizar, principalmente de suas cláusulas, assim como das condições contratuais de edital e seus anexos, com vistas a identificar as obrigações in concreto tanto da administração contratante quanto da contratada.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, e terá validade até o fim da vigência do contrato ou de seus respectivos termos aditivos.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições contrárias.

Ourizona, 17 de junho de 2024.

Gustavo H. Trevisan
Secretário Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

DADOS DO PROCESSO (para uso da licitação)
PROCESSO ADMINISTRATIVO:
PREGÃO Nº 21/2024 (E) ELETRÔNICO () PRESENCIAL

ESTADO DO PARANÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURIZONA

CNPJ: 76.282.672/0001-07 Telefone: (44) 3278-1514
Endereço: Rua Bela Vista, 1014 - Centro
CEP: 87.170-000 - Ourizona

DISPENSA ELETRÔNICA

Nº: 21/2024

Processo Adm.: 59/2024
Data do Processo: 28/05/2024

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 14.133/2021, Art. 75, II e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo extrair da Comissão de Licitação, resolve:

- Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

a) Nr. Processo: 59/2024
b) Nr. Licitação: 21/2024 - DE
c) Modalidade: Dispensa eletrônica
d) Data de Homologação: 17/06/2024
e) Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE UM INSTRUCTOR CAPACITADO PARA MINISTRAR AULAS DE KARATÊ NO MUNICÍPIO.

Participante: 49.066.672 BEATRIZ APARECIDA BASSIGA
Especificação: AULAS DE KARATÊ
Qtde. Unidade Valor Unitário Valor Total
12.000 UN 1.500,00 18.000,00
Total do Participante: 18.000,00
Total Geral: 18.000,00

- Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa Dotação Valor Estimado



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL FLORAI
Extrato das Contratações

EXTRATO DE CONTRATO: 78/2024 - PMF

MODALIDADE: 11/2024 - Pregão eletrônico

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL FLORAI

CONTRATADA: SSC COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS MEDICO-HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE FLORAI, ESTADO DO PARANÁ.

VALOR TOTAL: R\$808,78 (oitocentos e oitenta e sete reais e 78 centavos)

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: quarta-feira, 12 de junho de 2024

PRazo de vigência: 12 Junho 2025

Florai (PR), terça-feira, 11 de junho de 2024.

Edna de Lourdes Caprin Contín
Prefeita Municipal

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

CNPJ: 76.970.318/0001-81
AVENIDA ANTONIO VIEIRA MARTINS, 80
CEP: 87670-000 - INAJÁ - PR

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nº: 14/2024 - DL

Processo Administrativo: 41/2024
Processo de Licitação: 40/2024
Data do Processo: 07/06/2024

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, CLEBER GERALDO DA SILVA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo emitido pela Comissão de Licitação, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nº: 40/2024
b) Licitação Nº: 14/2024-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação por Compras e Serviços
d) Data Homologação: 17/06/2024
e) Objeto da Licitação: Contratação de pessoa jurídica especializada no serviço profissional de elaboração e elaboração de Multirresumo Médico, para fins de avaliação patrimonial e mercadológica da empresa adquirente a esta municipalidade, em acordo com o estabelecido em Edital de Contratação.

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotações), Quantidade, Descrição, Preço Unitário, Total do Item.

ENGENHARIA, PROJETO E AVALIAÇÕES LTDA - (0882)

1. Contratação de pessoa jurídica especializada no serviço profissional de elaboração e elaboração de Multirresumo Médico, para fins de avaliação patrimonial e mercadológica da empresa adquirente a esta municipalidade, em acordo com o estabelecido em Edital de Contratação.

Total do Fornecedor: 2.186,00

Total Geral: 2.186,00

Inajá, 17 de junho de 2024.



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

Estado do Paraná
CNPJ Nº 76.970.318/0001-67
Av. Antonio Vieira Martins, 80/82 - CEP 87670-000 - CENTRO

AVISO DE LICITAÇÃO
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 015/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 643/2024
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

Toma-se público, para conhecimento dos interessados, que o MUNICÍPIO DE INAJÁ, realizará DISPENSA ELETRÔNICA Nº 015/2024, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para o objeto da presente dispensa a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA EVENTOS ESPORTIVOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE INAJÁ - PR, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO PRESENTE TERMO DE REFERÊNCIA, para atender as demandas do referido departamento, especificadas no (s) Anexo (s) que acompanha (m) o presente edital, de acordo com as normas contidas na Lei Federal nº 14.133/2021 em sessão pública eletrônica Dia 24 de junho de 2024 a partir das 09 horas até 14:30 horas, (horário de Brasília - DF), com aceitação de proposta a partir da publicação, através do site www.comprasematerial.municipal.inaja.pr.gov.br.
O Edital estará disponível no site www.inaja.pr.gov.br e poderá ser solicitado no e-mail licitacao@inaja.pr.gov.br.

Inajá-PR, 17 de junho de 2024.

CLEBER GERALDO DA SILVA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAJÉ

Estado do Paraná
Avenida governador Lupion, 805 - Fone (0xx44) 3332 1222
CNPJ 76.970.350/0001-53

PORTARIA Nº 2012/2024

Designa servidor/empregado público para exercer a função de Gestor do PATI 2.

O (a) Prefeito (a) Municipal do Município de Itaguajé-PR, no uso das atribuições e tendo em vista o TERMO DE COOPERAÇÃO celebrado entre este Município e a Secretaria de Estado da Segurança Pública, para fins de Implantação do Posto de Atendimento Totalmente Informatizado 2 (PATI 2), para agilizar a emissão de carteiras de Identidade neste Município.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o (a) servidor (a) empregado(a) público(a) ALESSANDRO SILVA DIAS, matrícula nº 903 e CPF nº 786.542.201-63, para atuar na função de Gestor do PATI 2, junto à Secretaria de Estado da Segurança Pública, Setor de Contratos e Convênios.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e terá vigência até o vencimento do Acordo do Termo de Cooperação celebrado ou até publicação de nova Portaria relacionada ao caso, se for o caso.

Itaguajé, 17 de junho de 2024.

CRISÓGONO COLETO E SILVA JÚNIOR
Prefeito Municipal



ESTADO DO PARANÁ - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
Departamento de Licitações e Contratos
GESTÃO 2021/2024 - "Cruzeiro do Sul com mais Amor"

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 028/2024
PREGÃO ELETRÔNICO - Nº 012/2024
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

FLS
LICITAÇÃO

TERÇA-FEIRA, 18 DE JUNHO DE 2024
Nova Esperança nº 3734 - Colorado nº 2821

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAJÉ

Estado do Paraná
Avenida Governador Lupion, 605 - Fone (0xx44) 3332 1222
CNPJ 76.970.350/0001-53

DECRETO Nº 84/2024.

SÚMULA: Regulamenta Art. 23 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 sobre os procedimentos e metodologia de análise de preços em geral no Município de Itaguajé-PR.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAGUAJÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no Art. 23 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, resolve:

DECRETA

Título I

Aplicação e conceitos

Art. 1º A pesquisa e análise de preços de referência serão o procedimento e a metodologia dos valores de mercado em processos licitatórios, inexistência, dispensa e em alteração e seguirá o presente decreto.

§ 1º No procedimento de pesquisa de preços realizado em âmbito municipal, os parâmetros a serem considerados serão os preços praticados no mercado de referência.

§ 2º As disposições constantes neste decreto aplicam-se à Administração Municipal Direta e Indireta, bem como aos órgãos e entidades que integram a estrutura organizacional do Município de Itaguajé-PR.

Art. 2º O presente Decreto tem por fim garantir a prática de preços de mercado nas licitações realizadas pelo Município de Itaguajé, evitando a ocorrência de sobrepreço e superfaturamento.

§ 1º Entende-se por preço de mercado os valores coerentes com as referências de preço disponíveis no mercado de referência.

§ 2º No processo licitatório de contratação direta, para aquisição de bens e contratação estimada será definido com base no melhor preço oferecido por meio da utilização dos parâmetros de referência.

Título II

Das Referências de preços

Art. 3º Para fins de aplicação deste Decreto, serão utilizadas no Município de Itaguajé as seguintes referências de preços:

I - Preços praticados pela própria Administração;

II - Preços praticados por outros órgãos públicos;

III - Cotações junto às empresas do setor que comercializam o produto ou prestam o serviço;

IV - Preços obtidos na internet, em sites de amplo acesso e de própria expertise especializada; sites eletrônicos especializados; sites oficiais de pesquisa de preços de referência a partir de notas fiscais; tabelas setoriais e outras referências passíveis de serem utilizadas.

V - Preços ofertados pelas licitantes na fase de lances de certame anterior da própria Administração.

§ 1º As referências de preços deverão contemplar, sempre que possível, a realidade local e regional.

§ 2º As referências de preços deverão ser atualizadas sempre que se pretender ter o preço fixo de uma oferta juntado no processo administrativo respectivo.

Capítulo I

Do preço praticado pela própria Administração

Art. 4º Os preços praticados pela própria Administração serão aqueles constantes em licitações realizadas e em contratos firmados, bem como em outros atos administrativos.

§ 1º Consideram-se vigentes os valores constantes de contratos e atos de registro de preços de aquisições que tenham sido homologados nos últimos 12 meses.

§ 2º Consideram-se concluídos os valores constantes de contratos e atos de registro de preços de aquisições ocorridas dentro do período de 1 (um) ano anterior à data de publicação do presente decreto.

Art. 5º Uma vez utilizado como referência o preço praticado pela própria Administração, não será novamente consultada para fornecimento de orçamento.

§ 1º Os preços ofertados pelas empresas na fase de lances de certame anterior da própria Administração não serão utilizados como referência de preços.

Parágrafo único. Os preços ofertados nas condições do caput, aplicam-se à correção inicial de 180 dias de sua oferta, a contar da apresentação da proposta em lance conforme disposto no Edital.

Capítulo II

Das referências de preços de outros órgãos públicos

Art. 7º A utilização de preços praticados por outros órgãos públicos se limita aos vigentes de registro de preço dentro de sua validade, em execução no período de 1 (um) ano anterior à data de publicação do presente decreto.

Parágrafo único. Podem ser aceitos preços de órgãos públicos distintos que tenham um valor inferior ao praticado pelo órgão público de referência.

Capítulo III

Das referências de preços para fornecedores

Art. 8º As cotações obtidas junto às empresas do setor que comercializam o objeto de licitação, telefone, data, nome e assinatura do responsável pela cotação, sendo dispensada a apresentação de documento comprobatório.

§ 1º Em caso de cópia de orçamento, o documento deverá ser autenticado por servidor público, nome e matrícula.

Capítulo IV

Das referências de preços de internet

Art. 9º. Para as cotações obtidas pela internet deverá ser juntada ao processo a cópia do preço, a descrição do bem, data e horário de acesso, CNPJ e domínio do site eletrônico.

§ 1º Não serão admitidas estimativas de preços obtidas em sites de terceiros ou intermediários.

§ 2º Não serão utilizados preços promocionais com descontos condicionais ou formas de pagamento diferenciadas.

§ 3º Não serão utilizados produtos indisponíveis ou fora de estoque, devido à possível variação de preços.

Seção I

Banco de Preços em Saúde - BPS

Art. 10. É obrigatória a utilização do Banco de Preços em Saúde - BPS como referência histórica de pesquisa do item no período selecionado, deverá ser anexado ao processo licitatório.

Art. 11. Como regra será utilizada a média ponderada geral (nacional), com período de seis meses.

§ 1º A média ponderada deverá ser descartada quando observados equívocos nos valores quando existirem preços praticados no Estado do Paraná que se apresentem inconsistentes mais ou menos.

§ 2º Caso a média ponderada esteja naturalmente incorreta com os valores obtidos, confiante a média simples dos preços praticados no Estado do Paraná.

§ 3º Nos casos dos parágrafos acima, deverá ser inserida ao processo justificativa, devida a metodologia adotada.

Título III

Da metodologia para Formação de Preço

Capítulo I

Processo Licitatório Regular